



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SÓLIDARIOS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM ECONOMIA
SÓLIDARIA NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO



MAURÍCIA TATIELE DE SOUSA MOURA

A ECONOMIA SÓLIDARIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES
FAMILIARES AGROECOLÓGICOS DA CIDADE DE SUMÉ - PB

SUMÉ - PB
2017

MAURPCIA TATIELE DE SOUSA MOURA

A ECONOMIA SOLIDÉRIA COMO ESTRATÉSGIA DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES
AGROECOLÓGICOS DA CIDADE DE SUMÉ - PB

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação de Jovens e
Adultos com ênfase em Economia Solidária
no Semiárido Paraibano, como requisito para a
obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Professora Ma. Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

SUMÉ - PB
2017

M929e Moura, Maurícia Tatielle de Sousa.

A economia solidária como estratégia de desenvolvimento local: o caso da associação de produtores familiares agroecológicos da cidade de Sumaré - PB. / Maurícia Tatielle de Sousa Moura. Sumaré - PB: [s.n], 2017.

42 f.

Orientadora: Profa.ª Ma. Telma Tatiana Rodrigues dos Santos.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

1. Economia solidária. 2. Associação de agricultores.. 3. Agricultura familiar agroecológica. I. Título.

CDU: 334.43(043.1)

MAURÍCIA TATIELE DE SOUSA MOURA

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES
AGROECOLÓGICOS DA CIDADE DE SUMÉ- PB

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação de Jovens e
Adultos com Ênfase em Economia Solidária
no Semárido Paraibano, como requisito
para a obtenção do título de Especialista.

BANCA EXAMINADORA

Thelma Flávia R. dos Santos

Professora Ma. Thelma Flávia Rodrigues dos Santos

DOUTORANDA DA UFCG

Orientadora

Adriana

Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital

UATECC/DSA/UFCG

Examinadora I

Lenilde

Professora Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

UAEB/DSA/UFCG

Examinadora II

Trabalho aprovado em: 22 de maio de 2017.

SUMÉ - PB

A Deus, por ser essencial em minha vida, nas horas de alegrias e de angústias, estando sempre presente guiando-me e traçando metas para minha vida. às pessoas que sempre estiveram ao meu lado pelos caminhos da vida, acompanhando-me, apoiando e, principalmente, acreditando em mim: Meus pais, Eurides e Maurício, minha irmã Ana Paula, meu esposo Pablo e toda a minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida, Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar realizando este trabalho.

À minha orientadora, Professora Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos, pela paciência, amizade e dedicação, reservando-me um tempo precioso para as orientações e trocas de saberes. Não seria possível a conclusão deste trabalho sem seus ensinamentos.

Aos meus pais, ao meu esposo, familiares e amigos por me ajudarem nesta minha caminhada, incentivando-me e acreditando no meu trabalho.

Obrigada a todos que, direta ou indiretamente, me fizeram crescer, tanto pessoalmente como profissionalmente, e por participarem de mais uma etapa de minha vida.

RESUMO

Atualmente se vem abrindo diálogos acerca de uma concepção diferente de geração de trabalho e renda, pautada nos empreendimentos da chamada Economia Solidária. Embora esta proposta não venha a substituir o capitalismo, ela surge como uma alternativa de enfrentamento às desigualdades geradas por este sistema, criada pelos próprios trabalhadores. A consolidação desta alternativa depende fundamentalmente de um processo de construção educativa e solidificação do sentimento solidário, em oposição ao individualismo capitalista. Esse processo desencadeia novas formas de relações de trabalho, que essencialmente incluem novas categorias conceituais e uma dinâmica organizacional diferenciada. Este estudo tem como objetivo geral analisar as práticas de Economia Solidária da Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumaré (APFAS), identificando seu potencial enquanto estratégia de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local. Para a realização deste estudo de caso utilizamos como instrumento de pesquisa a observação direta e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa de campo foi realizada no período de 25 de fevereiro a 06 de março de 2017, com 05 dos 21 sócios do empreendimento, o que possibilitou o levantamento de dados e análise das práticas desenvolvidas. Diante das análises do estudo, pode-se afirmar que a APFAS é um empreendimento solidário, pois põe em prática os princípios da Economia Solidária: associativismo, coletividade, autogestão, preocupação com o meio ambiente e solidariedade. Através desses princípios, foi perceptível a mudança tanto na vida dos sócios, quanto no desenvolvimento local. Pretendemos, com esta pesquisa, contribuir para os estudos da Economia Solidária e para entendermos como esta proposta se apresenta enquanto estratégia de desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

Dialogues about a different conception of work and income generation, based on the so-called Solidary Economy projects, are now being opened. Although this proposal does not replace capitalism, it appears as an alternative to address the inequalities generated by this system, created by the workers for themselves. The consolidation of this alternative depends fundamentally on a process of educational construction and solidification of the solidarity feeling, as opposed to capitalist individualism. This process unleashes new forms of labor relations that essentially include new conceptual categories and a differentiated organizational dynamics. This study has as a general objective to analyze the practices of Solidarity Economy of the Association of Agroecological Family Producers of Sumo (APFAS), identifying its potential as a strategy to generate work, income and local development. For the accomplishment of this study of case, we have used as a research instrument the direct observation and the application of semi structured interviews. The field research was carried out from February 25 to March 6, 2017, with 05 of the 21 partners of the project, which made it possible to collect data and analyze the practices developed. In view of the analysis of the study, we can affirm that the APFAS is a solidary economic enterprise, since they practice the principles of Solidarity Economy: associativism, collective, self-management, concern with the environment and solidarity. With these principles, the change in the lives of partners and the local development was noticeable. We intend that this research contributes to the studies of the Solidary Economy and to understand how this proposal presents itself as a local development strategy.

KEYWORDS: Solidary Economy; Family Farming; Local Development.

LISTA DE SIGLAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

APFAS - Associação dos Produtores Agroecológicos de Sumé-PB

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PB - Paraíba

LISTA DE FIGURAS

FOTO 01 Artesanato de Couro exposto na Feira Agrocolébrica de Sumé-PB.....	29
FOTO 02 Artesanato variado na Feira Agrocolébrica de Sumé-PB.....	30
FOTO 03 Hortaliças Agrocolébricas vendidas no mercado público de Sumé-PB	36
FOTO 04 Produto sendo vendido na Feira Agrocolébrica de Sumé-PB	36

SUMÉRIO

1INTRODUÇÃO	10
2FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Dinâmica capitalista e suas implicações no mundo do trabalho.....	13
2.2 Economia Solidária como resposta aos efeitos da dinâmica capitalista.....	14
2.3 Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local	20
3PROCESSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	25
4ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
4.1 Uma Breve História do Empreendimento	28
4.2 Vivência e percepções dos sócios da APFAS	30
5CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE	41

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, recentemente, acerca de uma concepção diferente de geração de emprego, pautada nos empreendimentos denominada Economia Solidária. Esta, segundo Singer (2008), pode ser entendida como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade, baseando-se esta nos direitos iguais entre todos os sócio-trabalhadores, nos meios de produção coletiva e na autogestão, em que as decisões são tomadas de forma coletiva. Isso significa que os empreendimentos da Economia Solidária são geridos pelos próprios trabalhadores, coletivamente e de forma democrática.

Esta visão de empreendimento voltada para a Economia Solidária vem para substituir o capitalismo, no qual há uma concentração da propriedade dos meios sociais de produção em poucas mãos, gerando um grande número de pessoas desempregadas que sofrem com a fome e com a falta de terra. Surge, no entanto, como uma forma alternativa de geração de trabalho e renda, uma resposta a favor da inclusão e da emancipação social desses sujeitos.

Nesse sentido, a Economia Solidária se baseia em uma educação que visa à emancipação dos participantes, ou seja, uma educação crítica partindo do princípio dos saberes e da prática, a qual não se constrói sem os valores da autonomia, autogestão, democracia, responsabilidade, igualdade e principalmente da solidariedade, caracterizando uma educação popular.

Pensando nessas considerações, este estudo tem como objetivo geral analisar as práticas de Economia Solidária da Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumaré (APFAS), identificando seu potencial enquanto estratégia de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local. Para atender ao objetivo proposto, procuramos conhecer a história do grupo, apreender as formas como se deram o surgimento e desenvolvimento da Economia Solidária na localidade observada e analisar a percepção dos sócio-trabalhadores, no que se refere ao desenvolvimento pessoal e ao desenvolvimento local proporcionado por esta experiência.

Por conseguinte, procuramos responder à questão geradora desta pesquisa: De que maneira a prática da produção, nos moldes da Economia Solidária, contribui com o desenvolvimento local e geração de trabalho e renda para os associados?

O presente estudo foi realizado na Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumaré, que está localizada no Sítio Pitombeira, na cidade de Sumaré, no

estado da Paraíba, abrangendo as comunidades do sítio Riachão e Lagoa da Cruz. A Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé surgiu depois de muita luta, quando os agricultores(as) viram a necessidade de maior organização e consciência coletiva para dar passos maiores em direção à sustentabilidade e renda que atendesse aos seus anseios. A presente associação iniciou suas atividades no ano de 2006, mas só foi registrada e oficializada em 2009. Neste período, era composta por apenas 10 famílias. Com o decorrer dos anos, a associação foi agregando novas famílias e hoje contemplam em sua totalidade 21 famílias e suas respectivas famílias.

A necessidade de organização dos integrantes da associação se deu mediante alguns problemas sociais, a exemplo do baixo nível de escolaridade de alguns integrantes, bem como a necessidade de se criar uma feira agroecológica para a comercialização das hortaliças que eram produzidas no campo. Esses produtores já vendiam seus produtos na feira, mas não havia um lugar específico para isso. Não havia a identificação que eles vendiam produtos agroecológicos, logo, os consumidores ainda não estavam atentos para estas questões. Diante desta necessidade, houve o incentivo pelo projeto Dom Helder Câmara em forma de uma associação, que garantisse os direitos de todos de forma justa e propiciasse um rendimento igualitário para todos.

Procuramos analisar as práticas da Associação, buscando identificar em que estas se aproximam da proposta da Economia Solidária e qual o potencial da mesma para a geração de trabalho e fomento de um desenvolvimento local pautadas no molde da Economia Solidária como intermediária para um desenvolvimento econômico e social de todos os integrantes, os quais decidiram trabalhar coletivamente para não ficar à margem do tradicional sistema capitalista.

Como processo metodológico, a pesquisa se deu de forma qualitativa, através do método do Estudo de Caso. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o objeto estudado e a leitura dos documentos da associação, a exemplo do estatuto e algumas atas de reuniões cedidas pelo presidente. Em seguida, foi realizada a pesquisa de campo, durante o período de 25 de fevereiro a 06 de março. Utilizamos como instrumentos de pesquisa a observação direta e a aplicação de entrevistas semiestruturadas, com 05 dos 21 famílias da APFAS, o que possibilitou o levantamento de dados e a análise de aspectos ligados às práticas desenvolvidas.

Para a coleta dos dados, foi necessário ir à residência de cada família, para realizar as entrevistas. Entretanto, este momento não foi bem sucedido, pois ao chegar às

comunidades, os sítios não se encontravam, estavam na feira de uma cidade vizinha. Em outro momento, visitamos a Feira Agroecológica da cidade de Sumaré-SP, onde foi possível observar os produtos comercializados e aplicar as entrevistas, procurando compreender melhor suas experiências e percepções sobre a Economia Solidária.

Pretende-se que essa pesquisa contribua para os estudos da Economia Solidária, trazendo elementos empíricos sobre as práticas dessa proposta de geração de trabalho e renda, e sua possibilidade de ser utilizada como estratégia de desenvolvimento local. A consolidação da Economia Solidária depende fundamentalmente de um processo de construção educativa e solidificação do sentimento solidário, em oposição ao individualismo capitalista. Esse processo desencadeia novas formas de relações de trabalho, que essencialmente incluem novas categorias conceituais e uma dinâmica organizacional diferenciada, que precisam ser investigadas através de estudos que revelem mais sobre a realidade experimentada no dia a dia daqueles que dão vida a esta proposta, aproximando o debate teórico dos elementos empíricos encontrados nas experiências de Economia Solidária.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Dinâmica Capitalista e suas implicações no mundo do trabalho

Para iniciar as discussões acerca da Dinâmica Capitalista e Economia Solidária é necessário que se faça uma definição desses conceitos. Sendo assim, podemos iniciar as discussões oferecendo uma definição simplificada do capitalismo. O capitalismo é um sistema de organização econômica e social que tem como base a concentração e centralização do capital nas mãos de uma minoria. Dessa forma, revela-se como um regime de produção e distribuição de bens e serviços, baseado no acúmulo de capital, tendo por efeito intrínseco sua dinâmica a geração de desigualdades sociais.

Para uma melhor definição desse sistema, Pena (2017, p.01) diz que:

O Capitalismo é um sistema em que predomina a propriedade privada e a busca constante pelo lucro e pela acumulação de capital, que se manifesta na forma de bens e dinheiro. Apesar de ser considerado um sistema econômico, o capitalismo estende-se aos campos políticos, sociais, culturais, éticos e muitos outros, compondo quase que a totalidade do espaço geográfico. A base para formação, consolidação e continuidade do sistema capitalista é a divisão da sociedade em classes.

Mediante esta definição, observa-se que o sistema capitalista reproduz uma competitividade entre os que o praticam, pois se faz uma divisão da sociedade em classes sociais dominantes, detentoras dos meios de produção, e a classe dos trabalhadores, que vende sua força de trabalho para sobreviver.

No sistema capitalista, o trabalhador desenvolve uma atividade assalariada e comercializa sua mão de obra em troca de um valor quantitativo. Existe uma relação de patrão e empregado, ficando o subordinado preso a uma remuneração fixa. A hierarquização de classes e a exploração trabalhista são fortes características do comércio capitalista.

Neste contexto capitalista, as pessoas que não possuem poder de compra são descartadas e ignoradas. Com isso, os índices de desemprego se tornam crescentes e os trabalhadores são reconhecidos como indivíduos que estão a serviço do capital privado para maximizar os lucros de uma pequena parcela da população que detém os meios de produção e acumulação capitalistas. Dentro desse sistema, os direitos dos trabalhadores são reduzidos, e eles dificilmente participam das decisões estratégicas que delineiam a gestão de sua empresa (ARAÚJO e LIMA, 2007, p.05).

Cada vez mais o processo histórico vem demonstrando um aumento na exclusão social dos proletariados que fazem parte desse sistema, por não conseguirem alcançar os avanços cada vez mais excessivos das empresas e indústrias. Ficam, assim, à margem da

sociedade, sofrendo devido ao processo de marginalização e exclusão de sua mão de obra, por não se adequar ao novo sistema mediante a globalização, que cada vez mais pede qualificações profissionais. Todavia, é bom salientar que, em muitos casos, o desemprego não ocorre exclusivamente pela falta de capacitação, embora seja um dos fatores para a exclusão no sistema capitalista. O que se vê, também, são muitas pessoas qualificadas que não têm oportunidades de inserção, porque o próprio sistema exclui parcela da sociedade, criando um exército de reserva de mão de obra que permite manter os salários baixos.

Diante deste debate sobre a dinâmica capitalista, é interessante que se pontue o desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento solidário, para que possamos perceber suas divergências, adentrando, então, no debate da Economia Solidária como resposta à dinâmica capitalista.

Para fundamentação, trazemos Singer (2004, p. 09) ao relatar que o

Desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados.

Partindo das definições, fica claro que ambos os desenvolvimentos seguem lógicas diferentes, pois um pensa mais no individualismo e na geração de renda de forma excessiva e o outro pensa mais no coletivo, mediante o espírito de solidariedade para com o outro que vivencia o mesmo contexto que o seu. No próximo item debateremos e conceituaremos a Economia Solidária na perspectiva de uma alternativa de geração de trabalho e renda para os operários marginalizados no sistema capitalista.

2.2 Economia Solidária como resposta aos efeitos da Dinâmica Capitalista

Antes de iniciar a conceituação acerca da Economia Solidária, se faz necessário observar em qual processo histórico esta organização surge no Brasil. Para tanto, tomamos por base Singer (2002, p.03), afirmando que "A Economia Solidária surge no Brasil, nesta etapa histórica, provavelmente como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, perdem concordata e entram em processo falimentar. Ou seja, com muitas indústrias fechando as portas, com a extinção de milhares de postos de

trabalho, a diminuição de perspectivas de emprego formal nas indústrias e fábricas existentes e a falta de perspectiva quanto ao ingresso de jovens e mulheres no mercado de trabalho. Esse cenário aponta para a necessidade de criar soluções naquele momento, tanto criativas como eficazes.

A crise do trabalho assalariado surge como efeito da mudança no modelo de produção capitalista, passando do Taylorismo-Fordismo para o Toyotismo. A produção foi intensificada e ampliada nas dimensões de exploração da mão de obra. Com isso, há uma necessidade de que a massa prejudicada tenha consciência de sua fragilidade, de que a situação posta pode lhes afetar. Neste sentido, esse novo modelo de economia vem crescendo em função da crise econômica que recaiu sobre o país. De acordo com Singer (2002, p. 03):

A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se concretiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social.

Sendo assim, a própria crise que se instala no campo do trabalho se torna a motivação e a força para que essas pessoas passem a pensar e procurar se envolver em movimentos de trabalhadores coletivos.

A falta de emprego formal e a situação de pobreza que muitos operários estavam vivenciando levaram-nos a unirem suas forças em prol de solucionar as suas dificuldades. Singer (2002, p.03) destaca que:

A questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual, cada um com direito a um voto, empenhados solidariamente em transformar um patrimônio sucateado num novo empreendimento sólido.

Diante desse momento, como alternativa de geração de trabalho e empoderamento, os operários passam a compreender e buscar vivenciar essa oportunidade de geração de trabalho, mudando a sua vida e efetivando o processo autogestionário.

A Economia Solidária é vista como uma alternativa de ações concretas e incentivos à inserção social, que, por sua vez, entende-se como um modo de produção caracterizado pela igualdade entre as pessoas envolvidas no processo. Igualdade que se baseia nos direitos, nos meios de produção e de autogestão, em que as decisões são tomadas no coletivo e não no individualismo. Isso significa que os empreendimentos da Economia Solidária são geridos pelos próprios trabalhadores, coletivamente e de forma democrática.

Entretanto, mesmo seguindo as práticas e princípios descritos acima, os trabalhadores que optam por vivenciar esse novo tipo de relação de trabalho e serem donos de seus empreendimentos, coletivamente, passam por muitas dificuldades. Singer (2002, p.05) descreve três etapas necessárias até se chegar a um empreendimento solidário normatizado: `A primeira é ganhar a anuência dos próprios trabalhadores; A segunda conseguir que o patrimônio da firma passe para os trabalhadores associados e por fim a terceira consiste na viabilização da nova empresa mediante a recuperação da clientela.

Partindo dessas etapas, os associados veem a Economia Solidária como uma possibilidade de geração de trabalho e emancipação dos sujeitos, que até então eram marginalizados pelo sistema capitalista, não existindo mais a separação entre patrão e operário. Agora, todos são donos e executam um trabalho pautado no cooperativismo e na autogestão.

Esta busca de alternativas ao sistema capitalista, como a supracitada, remonta a práticas do cooperativismo, tendo suas origens no século XIX, no período da Revolução Industrial. Em contrarresposta a esse movimento, um grupo de operários viu a necessidade de se unir e criar o cooperativismo, diante das suas limitações econômicas e sociais, buscando formas de superar as dificuldades encontradas. Dessa forma, surge então uma organização para lutar pelo empoderamento humano, no qual as regras, normas e princípios próprios seriam praticados com o intuito de respeitar os valores de todos os operários. Como afirma Pinho, `o movimento inspirado no associativismo apresenta-se como reação profundamente humana, contra os abusos da concorrência, e a exploração da mão-de-obra do capitalismo industrial liberal da época (PINHO, 1982apud ILHA, 2008, p.26).

Baseados nesse pensamento, os operários uniram suas forças, nascendo a primeira cooperativa, chamada Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale, na cidade de Manchester, na Inglaterra, no ano de 1844. Sua finalidade era a de alcançar o real valor de uma cooperativa, buscando seguir seus princípios de cooperação e ajuda mútua (ILHA, 2008), ficando entendida e definida cooperativa como:

Uma sociedade de pessoas, de natureza civil, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta a seus próprios associados e usuários (ORGANIZAÇÃO O..., 2008 apud ILHA, 2008, p.32).

A experiência de Rochdale inspirou o surgimento dos princípios do cooperativismo. Hoje, entende-se que uma cooperativa deve estar inteiramente dentro desses princípios de

ajuda mútua, participação, solidariedade e democracia, para se constituir como uma cooperativa adequada à Economia Solidária. Nestas cooperativas, a autogestão é um dos princípios norteadores.

Ao se falar em autogestão, nos referimos ao direito dos trabalhadores gerirem o seu próprio empreendimento, não existindo o poder centralizado nas mãos de uma única pessoa. Todos participam e decidem em prol do coletivo. Albuquerque (2003, p.20) define autogestão como o

[...] conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um `coletivo_. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais horizontais.

Tomando esta definição, nota-se que diante do sistema capitalista os operários eram meros trabalhadores sem direito a vez e voz. Por outro lado, tomando os conjuntos de práticas autogestionárias, os operários se sentem valorizados, sujeitos de direitos e donos do seu próprio negócio, não mais submissos nem excluídos da sociedade.

Neste sentido, esse novo modelo de economia vem crescendo em função da crise econômica que recaiu sobre o país. Sendo assim, a própria crise que se instala no campo do trabalho se torna a motivação e a força para que as pessoas passem a pensar e procurar se envolver em movimentos de trabalhadores coletivos.

Diante desta conjuntura que assolava os operários nascem as primeiras iniciativas de empreendimentos autogestionários, surgindo a Economia Solidária como uma alternativa de desenvolvimento para os operários marginalizados e excluídos pelo sistema capitalista. A Economia Solidária surge como uma forma de organização para o trabalho alternativo que busca geração de renda e inclusão social, tendo em vista que, em tempos de crise, em que o desemprego aterroriza grande parte da população, há uma necessidade de criar alternativas para suprir esse vazio que toma conta do cotidiano social e profissional das pessoas.

Buscando tornar mais claro o entendimento sobre Economia Solidária, trazemos a definição de Arruda (2006, p. 04), que define Economia Solidária como sendo:

uma economia centrada no ser humano situado no seu meio natural e, portanto, subordinada à política da partilha e à ética da sustentabilidade da vida;
um meio de geração de trabalho e renda para a gente excluída do mercado capitalista;

um modo de resgatar a economia da posse, em que ser dono dos bens produtivos é uma situação transitória, função do trabalho oferecido, e não do capital que se investe;
 uma economia do suficiente, em que se toma da natureza o necessário e se consome bens materiais suficientes para sustentar o desenvolvimento da vida;
 um caminho para a democratização dos ganhos da produtividade, que leva à redução do tempo de trabalho necessário à sobrevivência física, liberando-o para o desenvolvimento dos potenciais humanos superiores;
 aviso de um sistema econômico inseparavelmente associado ao social, ao cultural, ao simbólico e ao espiritual.

Mediante esta definição, fica claro que a Economia Solidária veio para favorecer aquele grupo de trabalhadores marginalizados pelo sistema capitalista como incapazes para desenvolver seu trabalho neste sistema, bem como para dar vez e voz a esses grupos que agora serão donos do seu próprio trabalho, partindo sempre de uma produção e consumo pautados na democracia, na cooperação, na igualdade, na solidariedade e no senso coletivo, caracterizando uma autogestão na qual as decisões são tomadas no coletivamente e não de forma individual.

De acordo com Singer (2002, p.01):

A empresa solidária nega a separação entre o trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecimento e base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos investidores, aos meios que fornecem o dinheiro para adquirir os meios de produção e é por isso que a única finalidade é dar lucros a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido. O poder de mando, na empresa capitalista está concentrado totalmente (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados.

Neste sentido, ficam evidentes alguns contrapontos entre Economia Solidária e a empresa capitalista, uma vez que na empresa solidária todos são proprietários, recebem quantidades iguais pelo trabalho e todos têm o poder de decisão. No que se refere à autogestão, existem assembleias onde são votadas diretrizes com a participação coletiva do grupo que compõe a empresa, sendo fundamental a não separação entre trabalho e capital. Portanto, a finalidade maior da Economia Solidária não se dá visando apenas o lucro, e sim o bem estar de todos e a qualidade de vida dentro e fora do trabalho.

Partindo dos princípios e práticas propostos pela Economia Solidária, buscou-se observar na Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumaré (APFAS) o entendimento dos associados sobre estes princípios. Verificamos que os mesmos já se organizam e põem em prática a Economia Solidária, medida que eles se organizam enquanto grupos coletivos, enquanto associados, praticando solidariedade nas relações entre os membros do grupo de várias formas. Dentre elas, podemos mencionar a preocupação em

ajudar na plantação do outro quando este está com dificuldades de manuseio do solo, ajuda na montagem das barracas e nas vendas do outro, quando se tem a necessidade de sair por um momento. Esses são alguns indícios que nos permitem caracterizar uma associação que pratica a Economia Solidária.

Nesta África reflete-se a importância da Economia Solidária emancipadora baseada não somente no agir agora do seu local, mas tendo uma preocupação com a sustentabilidade das gerações futuras. Tais preocupações estão baseadas em produção familiar onde as pessoas possam adquirir o próprio sustento e também produzi-lo para um coletivo maior através de vendas do excedente ou troca por outro produto.

Autores como Singer e Miranda vêm demonstrando a impossibilidade da Economia Solidária sem que esta caminhe junto a um processo educativo na perspectiva da educação popular. As práticas metodológicas se fazem presentes na associação procurando valorizar a realidade dos membros dos grupos, as culturas locais, as produções e aprendizagens, tornando os sujeitos autônomos e autôgestores de seu próprio conhecimento e trabalho.

Segundo Miranda,

Uma modalidade do processo educacional/organização popular que tem como particularidade procurar que os grupos e subgrupos populares se organizem a partir da busca de soluções imediatas a seus problemas e necessidades e procurar que, através de uma participação autogestionada, estes grupos vão adquirindo os instrumentos produtivos e sociais que lhes permitem elevar e melhorar sua qualidade de vida (BRASIL, 1983, apud MIRANDA, 2009, p.04).

Portanto, é neste sentido que se busca uma maior valorização das práticas educativas em todos os movimentos populares, seja nas associações, nas cooperativas, dentre outros, em prol da realidade vivenciada. Sendo assim, o grupo será instigado a ser participante e atuante na construção de sua identidade no entorno do contexto social. A igualdade de maneira equivalente para todos fará jus a uma liberdade desejada por muitos e conquistada por poucos. Com isso, no próximo capítulo nos debruçaremos sobre a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local, investigando no caso estudado as melhorias trazidas por essa alternativa de geração de renda para os associados.

2.3 Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Local

Nossa sociedade, não apenas atualmente, vem apresentando um quadro de extrema pobreza, sem acesso ao trabalho, saúde e educação adequada e de qualidade. Faz-se necessária a implementação de políticas públicas voltadas para que esse quadro se reverta e haja desenvolvimento da sociedade. A proposta da Economia Solidária é oferecer melhor condição de vida para as pessoas através do desenvolvimento territorial ou local. A Economia Solidária que surge em resposta ao capitalismo, que deixa marcas do desemprego e exclusão, pondo à margem da sociedade milhares de pessoas, em situação de extrema pobreza, que precisam encontrar formas de sobreviver e garantir uma existência com qualidade.

Talvez a Economia Solidária não alcance seu objetivo de superar o capitalismo, mas esta proposta já vem se revelando uma nova forma de produção que contribui para o desenvolvimento local ou territorial, e isso se torna possível a partir do momento em que ocorre uma mobilização entre os diversos atores, pessoas e instituições da localidade em questão, juntos no mesmo objetivo, que é a busca para transformar a economia e as sociedades locais.

Este é o caso da Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumaré, que traz em suas práticas alguns dos princípios da Economia Solidária, tais como produção agroecológica, respeitando o meio ambiente, venda do produto com preço justo, gerando renda para sobreviverem. Tais práticas trouxeram o desenvolvimento para aquela localidade, seja na questão ambiental e econômica, como no campo de experiência para alunos da Unidade Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Rodolfo Santa Cruz, que fica na comunidade da Pitombeira e atende outras comunidades circunvizinhas, ofertando o ensino aos filhos e familiares dos sócios da APFAS, onde as crianças aprendem desde cedo a valorização da cultura e como produzir sem destruir o meio ambiente.

O desenvolvimento local visa melhorar a qualidade de vida das pessoas de uma determinada localidade. Há algum tempo, a proposta da Economia Solidária vem se aliando à proposta de desenvolvimento local e territorial, visando gerar trabalho e renda e dinamizar pequenas economias locais, desenvolvendo suas potencialidades.

A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares de pessoas já libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e

da cidadania destas mulheres e destes homens j@justifica todo o esfor'co investido na economia solidaria (SINGER, 2002, p. 127).

Para atender tais propostas, torna-se necess@rio programar pol'ticas p#blicas que favore'am o desenvolvimento destes trabalhadores e trabalhadoras que vivem nas regi#es desfavorecidas, onde a globaliza'2o aumenta as desigualdades sociais, relegando muitos trabalhadores - margem da linha de pobreza. Em localidades ditas como subdesenvolvidas, na periferia do mundo globalizado, o acesso ao trabalho # uma dificuldade constante. Nessas regi#es a proposta da Economia Solid@ria parece ainda mais atrativa devido - necessidade de fomentar organiza'2es de empreendimentos solid@rios, capazes de promover a melhoria das condi'2es de vidas das pessoas e, com isso, promover um desenvolvimento local, visando - dignidade, igualdadesocial, gera'2o de renda e melhores condi'2es de vida para esses atores sociais.

Para um melhor entendimento sobre o que se vem relatando at# o presente per'odo, # necess@rio que saibamos diferenciar o real significado das palavras destacadas at# o momento: desenvolvimento local e territorial, para podermos tra'ar um olhar mais centralizado do enfoque.

Entende-se desenvolvimento local como sendo um processo de mobiliza'2o de pessoas e institui'2es que buscam uma transforma'2o tanto econ#mica quanto do meio em que vivem, se baseando nas origens e identidades culturais do local.Sendo assim, podemos conceituar desenvolvimento local como sendo: `Um processo end@geno de mudan'a, que leva ao dinamismo econ#mico e a melhoria da qualidade de vida da popula'2o em pequenas unidades territoriais e agrupamento humanos_ (BUARQUE 2006, p. 25 apud AGUIAR, p. 08).Para Barquero (1999apudZAPATA et al,2004, p. 09):

O conceito de desenvolvimento local se apoia na ideia de que as localidades e territ#rios dispem de recursos econ#micos, humano, institucionais, ambientais e culturais, al#m de economias de escala n#o exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. A exist#ncia de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utiliza'2o dos recursos dispon#veis e a introdu'2o de inova'2es, garante a cria'2o de riqueza e a melhoria do bem-estar da popula'2o local.

Dessa forma, entende-se que desenvolvimento local seria a mobiliza'2o de forma efetiva pelos membros da associa'2o da qual fazem parte, buscando a transforma'2o da economia e da sociedade em que vivem, gerando novas oportunidades de trabalho, de rendimento e qualidade de vida. Criando novas formas de oportunidades, superando as

dificuldades em favorecimento da melhoria das condições de vidas da população local, conseguindo verificar os esforços articulados em uma gestão participativa com vistas à melhoria das condições de vidas dos cidadãos.

Percebe-se que as propostas da Economia Solidária e do Desenvolvimento Local caminham em consonância, haja vista que ambos valorizam a diversidade e preocupam-se com a relação do ser humano com o meio ambiente e com iniciativas inovadoras que movimentam a coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto_ (AGUIAR, s.d, p.09).

Portanto, ao se falar em desenvolvimento local, o que se espera é a renovação de uma esperança de que o próprio local possa iniciar o seu processo de desenvolvimento, baseado nas iniciativas de "saber fazer" dos atores locais- indivíduos e organizações_ (AGUIAR, s.d,p.10).

Perante o que foi conceituado sobre desenvolvimento local, é necessário fazermos uma referência conceitual sobre outro termo bastante citado, que é o desenvolvimento territorial. Por desenvolvimento territorial entende-se [...] "ações, mecanismos, estratégias e políticas endógenas, desencadeadas por atores locais/regionais em interação com as demais escalas de poder e gestão, reforçando e constituindo territórios por meio de novos usos políticos e econômicos_" (AGUIAR, s.d,p.10). Mediante esta conceitualização podemos compreender que o desenvolvimento territorial é constituído no momento em que os atores sociais se reconhecem como um grupo, uma comunidade capaz de se desenvolver e ser protagonista do seu próprio desenvolvimento, tendo como referência sempre seu território, procurando desenvolver suas potencialidades ambientais, humanas e econômicas.

Nesta perspectiva, os tipos de desenvolvimentos supracitados consistem em uma articulação dos atores sociais na busca de atender suas demandas e necessidades, sempre tendo o enfoque de coletividade e solidariedade. Esses movimentos formados para enfrentar a crise salarial e a exclusão pelos agentes sociais sempre vem pautada no cooperativismo, o que se referenda a Economia Solidária nos dias de hoje. Para que haja essa concretização é necessário criarem políticas públicas para fortalecer esses grupos, dando um efeito de encorajamento para lutarem pelos seus espaços e direitos. Alguns movimentos que apoiam o movimento da Economia Solidária são:

Aqueles ligados à igreja, como a C@ntas e a Fase; movimentos pela reforma agrária como o MST e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); agências formadas pelo movimento social urbano como a Associação Nacional de

Empresas Autogestionadas (ANTEAG); e a Agencia de Desenvolvimento Solidário (ADS), formada pela CUT, além das Universidades (BARBOSA, 2016, p.19).

Podemos perceber, com a criação de alguns Arranjos, o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil não só como uma alternativa de geração de trabalho e renda, mas também de permanência do trabalhador rural no seu meio, como o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura).

Diante do exposto, percebemos que a Economia Solidária é uma das formas mais ricas de estímulo ao desenvolvimento local, uma vez que, por meio das associações, cooperativas, essa dinâmica alternativa inspira valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, solidariedade e coletividade. Assim sendo, podemos enfatizar que a Economia Solidária permite fomentar o desenvolvimento local das comunidades, uma vez que a mesma valoriza a diversidade, tem uma preocupação com o ser humano e sua relação com o meio ambiente, bem como oferece alternativas para a construção social de desenvolvimento.

Em presença dessas colocações, a Economia Solidária se tornou um instrumento importantíssimo para o combate à exclusão social e a pobreza que assolavam alguns atores sociais, permitindo, assim, a geração de trabalho e renda para esses sujeitos. Além disso, contesta o modelo capitalista, propondo uma relação mais justa, igualitária e sustentável, desaguando em um desenvolvimento local justo e solidário. A inserção da Economia Solidária no processo de desenvolvimento local fortalece a vida da população local, uma vez que gera alternativas de geração de trabalho. Por isso é tão importante cada vez mais disseminar a proposta de empreendimentos pautada nos princípios da Economia Solidária, pois a mesma oferece um caminho propício para o desenvolvimento local de cada região.

Portanto, para que isso aconteça, é necessário pensar em políticas públicas que sejam adequadas às necessidades e potencialidades da localidade, sempre pensando no coletivo e na solidariedade. Por outra dimensão, é interessante pensar e ressaltar que para a Economia Solidária vingar em um determinado empreendimento, é exigida uma nova formação para aqueles que foram educados no capitalismo. Singer (2005, p.16) diz que:

[...] a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que atuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. Se apenas um indivíduo adotar comportamento cooperativo em uma sociedade em que predomina a competição, ele será esmagado economicamente e vice-versa: se apenas um se comportar competitivamente onde predomina a Economia Solidária, ele será visto como egoísta e desleal pelos demais, que o excluirão do seu meio. Essa reeducação coletiva apresenta um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do

relacionamento cooperativo entre sAcios, para que a Economia Solid@ria d, os resultados almejados.

Assim sendo, tornam-se necess@rias consolida'pes efetivas de institui'pes pBblicas e privadas, na forma'2o dos cidad2os, tornando-os mais qualificados para enfrentar essas mudan'as e desafios.

Sendo o desenvolvimento local uma das formas de melhoramento da vida das pessoas nas gera'pes presentes e futuras,  importante v, -lo como desenvolvimento humano, que  orientado por resultados em quatro dimens2es, segundo Zapata et al (2004, p.11):

`Econ2mica_: resultados econ2micos, com adequados n2veis de efici, ncia atrav2s da capacidade de usar e articular fatores produtivos end2genos para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas locais [...];

`Sociocultural_: maior equidade social, que se contrap2em ao acelerado processo de `apartheid social_, atrav2s da maior participa'2o dos cidad2os e cidad2s nas estruturas de poder [...];

`Pol2tico-institucional_: novas institucionalidades que, atrav2s da express2o pol2tica [...], gerando um entorno inovador favor2vel diversifica'2o da economia local e ao exerc2cio da cidadania;

`Ambiental_: compreens2o do meio ambiente como ativo de desenvolvimento considerando o princ2pio da sustentabilidade em qualquer op'2o transformadora.

Quando se pensa em desenvolvimento local, n2o se pode esquecer o protagonismo local e a promo'2o de uma democracia participativa, para se firmarem perante os preceitos da Economia Solid@ria. Podemos observar na Associa'2o estudada (APFAS) este protagonismo local mediante a interliga'2o da Economia Solid@ria e do Desenvolvimento Local. Como afirma'2o de um protagonismo local, identificamos na APFAS que, com muita conscientiza'2o e trabalho coletivo, p2de se firmar na sua localidade, por meio da agricultura familiar em sua maioria.

Falar em agricultura familiar  repensar em um novo jeito de produzir, pensando no bem estar das fam2lias que produzem e das que consomem, que cada dia mais exigem produtos saud2veis e esses produtos cada vez mais vem ganhando o mercado. Um ponto importante sobre o protagonismo social desses produtores  que a agricultura familiar apresenta uma estrutura com tra2os culturais e solid2rios, o que se adequa aos espa2os da economia solid@ria. Este elemento tem ganhado destaque socialmente e economicamente, atrav2s do seu conjunto de atividades voltadas para o desenvolvimento coletivo, sustent2vel e solid2rio.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para este estudo foram utilizados pressupostos da pesquisa qualitativa, através do método do Estudo de Caso. De acordo com Gil (2008), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O estudo de caso, como afirma Gil (2008, p.76-77), é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. Sendo assim, o estudo de caso nos favorece um estudo empírico investigando o contexto atual dentro de sua realidade, abrangendo assim os levantamentos mais descritivos, até mesmo os estudos mais analíticos.

Para realização desta pesquisa, foi feita, na primeira fase, uma revisão da bibliografia sobre o surgimento da Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé (APFAS), procurando traçar o seu histórico, anseios e dificuldades, revisões bibliográficas sobre o conceito de Economia Solidária, enquanto proposta de reorganização de trabalho, geração de renda e de qualidade de vida desaguando em uma interação social diferenciada. Também foram levantadas discussões bibliográficas acerca do Desenvolvimento Local e do Desenvolvimento Territorial.

O presente estudo realizou-se na Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé, que fica localizada no Sítio Pitombeira, na cidade de Sumé, no estado da Paraíba, abrangendo as comunidades do sítio Riacho e Lagoa da Cruz. De acordo com os dados do IBGE (2016), o Município de Sumé conta com uma população estimada de 16.872 habitantes, fica localizada na região da Borborema, na microrregião do Cariri Ocidental, na sub-região denominada Cariris Velhos tem uma área territorial de 838 km², representando 1,53% da área do estado e uma densidade demográfica de 19,16 habitantes por Km².

A segunda fase da pesquisa foi realizada por meio da pesquisa de campo, que envolve o processo de coleta de dados, realizado a partir de dados obtidos no local (campo), e ocorre em situação natural, espontaneamente.

No início da pesquisa, foram estabelecidos os contatos necessários para a realização do trabalho de campo, com vistas a levantar dados necessários para a pesquisa. O trabalho de

campo foi realizado na associa o citada. O primeiro momento foi dedicado a visitas aos associados, com o objetivo de coletar dados sobre a associa o e as práticas desenvolvidas pelos mesmos.

Durante a realiza o da pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos associados, para levantamento de informa es a respeito do desenvolvimento local/territorial, da produ o e gera o de trabalho e renda nos moldes da Economia Solidária.

Gil (2008), em seu livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, traz uma defini o precisa sobre o objetivo da entrevista em uma pesquisa, definindo-o como:

[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obten o dos dados que interessam   investiga o. A entrevista  , portanto, uma forma de intera o social. Mais especificamente,   uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informa o (GIL, 2008, p.109).

A partir deste conceito, observa-se que a entrevista pode servir como um instrumento de investiga o para coletar dados necessários   investiga o sobre um determinado assunto pesquisado e solicitados aos sujeitos da pesquisa. Segundo Severino (2007, p.124)  o pesquisador visa aprender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

Assim, com a finalidade de obtermos os dados necessários para a pesquisa acerca de analisar as práticas de Economia Solidária enquanto estratégia de gera o de trabalho, renda e desenvolvimento local da Associa o, sentiu-se a necessidade da realiza o das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas com 05(cinco) sócios, dentre 21(vinte e um) sócios que compõem a Associa o. O perfil dos entrevistados contempla 02(duas) mulheres com idade de 42 e 55 anos e 03(tr,s) homens com 32, 49 e 70 anos. Foram realizadas as entrevistas apenas com 45% dos associados devido a algumas tentativas sem sucesso pelas ausências dos sócios quando fomos às suas residências, pois os mesmos se encontravam na feira de outra cidade vizinha, bem como   falta de tempo para a realiza o das entrevistas, pois a todo o momento estavam em suas produ es. Neste caso, tivemos que realizar as entrevistas no momento de suas vendas na Feira Agroecológica da cidade de Sum r PB. Diante disto, não foi possível realizar as entrevistas com um número maior de associados, por causa das suas disponibilidades. As entrevistas semiestruturadas cont m 12(doze) perguntas abertas, possibilitando um prévio direcionamento às questões suscitadas, o que não impede a adapta o das perguntas durante o curso da entrevista.

Após as entrevistas realizadas, destacamos algumas perguntas que intitulamos como as mais relevantes a serem destacadas dentro da pesquisa. No decorrer das análises, os entrevistados são identificados pelo nome `entrevistado_`, seguido dos números de acordo com a ordem das entrevistas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Uma Breve História do Empreendimento

Para o desenvolvimento do estudo de caso proposto estabeleceu-se uma parceria com a Associação dos Produtores Agroecológicos de Sumaré-SP. A Associação surgiu depois de muita luta, quando os agricultores(as) viram a necessidade de maior organização e consciência coletiva para dar passos maiores em direção à sustentabilidade e renda que atendesse aos seus anseios.

A presente Associação tem como marco inicial o ano de 2006, quando alguns produtores iniciaram sua produção de forma agroecológica, após perceber que suas hortaliças possuíam muito veneno, causando risco à população consumidora. Diante deste pensar os produtores foram se fortalecendo e constituíram a APFAS, a qual foi reconhecida juridicamente no ano de 2009. A mesma foi uma parceria firmada com outras instituições, as quais deram e dão subsídios até hoje para um bom desenvolvimento e organização, procurando seguir o que preza o Estatuto da Associação.

A Associação é uma parceria de produtores e produtoras familiares, através da APFAS, Projeto Dom Helder Câmara, MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Prefeitura Municipal de Sumaré, dentre outras instituições, as quais prestam assessoria técnica permanente aos produtores, tendo como finalidade contribuir com o desenvolvimento local/territorial, incentivando os produtores a conviver com o semi-rural, pois, “[...] a convivência e a capacidade de aproveitamento sustentável das potencialidades naturais, em atividades produtivas, apropriadas ao meio ambiente” (SILVA, 2006, p.234).

Por meio destas parcerias a feira foi se firmando, procurando garantir o selo de qualidade de produtores orgânicos, por meio do Projeto Dom Helder, que foi de fundamental importância para a efetivação do selo de Produção Orgânica certificada junto ao Ministério da Agricultura, pela propagação e comunicação da Feira Agroecológica que conta com esta certificação orgânica desde Janeiro do ano de 2011, a qual certifica a qualidade dos produtos comercializados e assegura aos consumidores produtos saudáveis, de boa qualidade e procedência (SILVA, 2013, p.34).

O empreendimento tem como objetivo, segundo o Estatuto (Artigo 4º)

[...] promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade, apoiando a comercialização coletivamente e a produção dos associados e associadas, estimulando ações que reforcem a união, a cooperação e a solidariedade entre os associados e associadas, bem como desenvolver ações educacionais e filantrópicas (APFAS, 2008).

Diante deste objetivo, podemos de forma superficial enfatizar que a associação de certa forma já tem em suas discussões os princípios de um empreendimento solidário e autogestionário, pois a mesma comunga com os princípios citados anteriormente.

Hoje a APFAS contempla 21 famílias com suas respectivas famílias. A partir da criação da associação, a feira pode se efetivar com a aquisição das barracas, com um convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Prefeitura de Sumé e obtendo um espaço próprio para a comercialização dos seus variados produtos: hortaliças, frutas, artesanatos e produtos de couro. As barracas da Feira Agroecológica se destacam das demais convencionais, por serem todas padronizadas na cor vermelha. Os produtores, em sua grande maioria, utilizam uniformes e tem em suas barracas afixadas banners, para identificar ao consumidor o produto agroecológico e sua certificação, por meio do selo orgânico. Vale ressaltar que as barracas móveis estão sendo substituídas por bancas fixas de alvenaria no mesmo local em que acontece a feira atualmente, como forma de assegurar e dar mais visibilidade aos produtores e seus produtos.



Foto 01: Artesanato de Couro exposto na Feira Agroecológica de Sumé-PB.
Fonte: Pesquisa 2017



Foto 02: Artesanato variado na Feira Agroecológica de Sumaré/SP.

Fonte: Pesquisa 2017

4.2 Vivência e percepções dos sujeitos da APFAS

Neste tópico trataremos das entrevistas realizadas com os 05 sujeitos entrevistados, procurando perceber em suas falas as práticas de Economia Solidária, identificando seu potencial enquanto estratégia de geração de trabalho e desenvolvimento local.

Pensar em desenvolvimento é trazer mudanças nas condições de vida dos habitantes da localidade – qual se está referenciando, bem como refletir sobre o papel dos sujeitos nas ações promotoras de mudanças, dos processos de formação, levando-os a uma nova forma de pensar, agir, produzir, saindo da margem de exclusão. Neste contexto, os sujeitos da Associação da APFAS têm um papel importante na história de transformação de sua localidade, pois, por meio das ações desenvolvidas mediante o associativismo, a coletividade e solidariedade, foi possível transformar a sua realidade socioeconômica, uma vez que geram trabalho e mudança no seu local/comunidade.

Assim, para relatarmos seus processos de desenvolvimento, suas vivências, buscamos nas falas ter esse reconhecimento de luta, de superação e de uma nova alternativa de geração de renda, pautada nos moldes da Economia Solidária. Dessa forma, por meio das entrevistas

realizadas com agricultores familiares, trazemos à luz das discussões questões pertinentes para perceber esse processo de desenvolvimento local.

Iniciamos as entrevistas indagando os sujeitos sobre a história da Associação e como eles a conheceram, procurando compreender se eles reconhecem o processo de surgimento e luta vivenciada. Observamos que todos os sabedores de sua fundação, como ilustrado na fala de uma das entrevistas:

Por meio da minha irmã que já fazia parte da feira, ela me convidou para fazer parte da associação e estou aí agora. Teve início através de reuniões com os agricultores daqui e gente de fora que vieram fazer capacitação para os agricultores e acharam uma forma de criar agricultura familiar, em termo de manuseio com adubos e produtos orgânicos, ela veio a capacitação dos agricultores todos. Na época eram poucos mais foi formando grupo e hoje estamos em torno de 21 produtores, mais na época veio uma base pra gente começar plantando para sustentar a família e na hora de vender na feira que é um produto saudável que agente mesmo planta, agente mesmo colhe e vende. Então é produto bem conhecido e garantido pela agricultura familiar, pelo agricultor familiar. A associação foi criada no ano de 2009 (Entrevistada 05 - Entrevista realizada em: 04/03/17).

A fala da entrevistada mostra o surgimento da Associação e traz elementos importantes, que são a preocupação com o manuseio do meio ambiente e sobre a comercialização dos produtos, tendo em vista que os produtos são produzidos e garantidos sob olhares atentos e comprometidos na questão da produção dos produtos orgânicos.

Diante do surgimento da Associação, indagamos aos sujeitos se tiveram alguma dificuldade para se firmar como grupo. Apenas um dos sujeitos (Entrevistado 01) respondeu que estas não existiram, no entanto, os demais sujeitos relataram que existiram dificuldades. Veremos a seguir as dificuldades encontradas pelos sujeitos em suas falas:

As dificuldades são por se trabalhar orgânico, porque tem muita coisa que ataca, o inseto é muito difícil de trabalhar mas temos muito incentivo da universidade. A dificuldade é sobre plantar porque tem muito inseto e agente não pode usar veneno [...] (Entrevistado 02 - Entrevista realizada em: 06/03/17).

Dificuldade sempre tem mesmo, uma das dificuldades é uma pequena parte dos sujeitos não compareceram as reuniões (Entrevistado 03 - Entrevista realizada em: 06/03/17).

Sobre o reconhecimento que infelizmente agente não tem as vezes, mesmo falando que nossos produtos são agroecológicos as pessoas tem uma dificuldade de acreditar. Agente tem essa dificuldade de reconhecimento dos nossos produtos agroecológicos e as pessoas não reconhecer achar que é o mesmo do convencional e não é [...] (Entrevistada 04 - Entrevista realizada em: 04/03/17).

A dificuldade foi o manuseio na rotação que todo mundo não tinha a mesma prática, encontrar exatamente as formas de combater as pragas. Os produtos são pequenos não crescem [...] é um produto menor do que o convencional mas agente fomos acostumando os clientes, porque os clientes querem produtos coisas grandes que tenha uma vista bem maior mais agente foi acostumando os clientes para os produtos saudáveis (Entrevistada 05 - Entrevista realizada em: 04/03/17).

Percebemos diante das falas que dificuldades existiram, mas as dificuldades não condizem com a questão de se firmarem enquanto grupo, enquanto associados, e sim com o manejo da produção, pois os mesmos estavam iniciando outra maneira de lidar com as plantas, não fazendo uso da forma convencional, que utiliza agrotóxicos, e sim um novo jeito de plantar, tendo mais atenção com o solo, produzindo de forma agroecológica.

Estes apontamentos fazem uma ponte com outra pergunta realizada sobre como é feita a preservação do meio ambiente e se eles tinham essa preocupação. Como respostas, obtivemos as seguintes declarações:

Tem sempre, não está fazendo queimagem, não está jogando lixo no solo (Entrevistado 01- Entrevista realizada em: 04/03/17).

É claro que tem, num pode trabalhar destruindo o meio ambiente tem que proteger. Não cortando as árvores que são nobres, só cortar as que não são nobres, não fazer queimada, deixar sem queimar para proteger a terra, queimando desprotege [...] (Entrevistado 02- Entrevista realizada em: 06/03/17).

A gente preserva o solo. A preocupação é muita porque o solo da gente é muito sofrido, se agente não fizer um bom trato nele é ruim pra gente depois (Entrevistado 03- Entrevista realizada em: 06/03/17).

Com certeza. O agroecológico já se diz, porque o agroecológico você não está agredindo o solo, você não está agredindo a natureza, porque agente não faz queima, não joga lixo no rodado, agente não põe veneno nos nossos produtos. Então agente está cuidando do solo, do meio ambiente e também da saúde (Entrevistada 04- Entrevista realizada em: 06/03/17).

Temos a preocupação, porque agente começa a trabalhar já em termo de aproveitamento de casca e com produtos que não venha a agredir o meio ambiente, o plástico, o papel, essas coisas. A gente já retira e coloca no lixo e preocupamos também com a água poluída, já pegamos os resíduos de alguma coisa que possa ter benefícios para a nossa produção e já separamos o que é benéfico e o que não é. Então nós temos essa preocupação (Entrevistada 05- Entrevista realizada em: 06/03/17).

Fica perceptível que um dos princípios da Associação é a preocupação com o meio ambiente, a adoção de práticas para essa preservação. Dentre eles, trazemos o manejo do solo em base agroecológica, pois a agroecologia vem se constituindo no campo de conhecimento, promovendo um trabalho coletivo, o qual apresenta alternativas de geração de renda contra resposta à crise da modernidade_ (GUSMANN, 1995 apud SILVA, 2013, p. 21). O manejo agroecológico tem sido uma das alternativas para o desenvolvimento local, pois faz o resgate das tradições camponesas, buscando promover a emancipação dos produtores familiares (SILVA, 2013).

Dentre as colocações dos entrevistados, diante da pergunta feita sobre qual o seu entendimento sobre desenvolvimento local e se a Associação contribui para esse desenvolvimento, podemos destacar a percepção dos sujeitos, que em sua maioria fica notório

que eles não têm um conhecimento conceitual de desenvolvimento local, porém percebe-se diante de suas falas que os mesmos têm o conhecimento de que a partir de sua adesão à Associação, houve mudanças significativas na vida de todos, na vida pessoal e nos aspectos socioeconômicos, trazendo melhorias para a comunidade.

Para enfatizar essas ponderações, trazemos a análise da fala de uma das entrevistadas, a qual relata que o desenvolvimento local trouxe benefícios para a sociedade, diante do trabalho coletivo que foi desenvolvido pelo grupo em prol do desenvolvimento social. Afirmamos também que esse trabalho contribuiu para o melhoramento de sua casa quanto à questão financeira e alimento de qualidade, bem como levar esses alimentos para a mesa de muitos, contribuindo para a saúde de todos. Segue a fala na íntegra:

Trabalhamos juntos, procurando o melhor para todo mundo, os produtores e clientes na feira, apresentando uma boa qualidade e benefícios para todos. Então o agente procura melhorar a cada dia a nossa cidade, não só a nossa feira e nem a nossa casa, mais sim todo mundo em geral. A Associação contribui para o desenvolvimento, trazendo benefícios para a sociedade, começando pela saúde de cada um e também levando o conhecimento para cada um, mostrando o estrago que o veneno faz e também nos ajuda a ter segurança financeira (Entrevistada 05- Entrevista realizada em: 06/03/17).

Em consonância com esta pergunta, ao indagar sobre o que modificou na vida dos entrevistados, depois da Associação, destacamos aqui a fala de três dos entrevistados. Estes relatam que:

Mudou de forma que agente hoje com a Associação se eu chego atrás de um projeto eu não vou pedir só para mim, vou pedir para todos os agricultores (Entrevistado 01- Entrevista realizada em: 04/03/17).

Com certeza, agente adquiriu experiência, conhecimento com as pessoas o diálogo, você tem contato diretamente com o cliente, sabe o que o cliente gosta [...] (Entrevistada 04- Entrevista realizada em: 06/03/17).

Sim, pois aprendi muito a viver melhor adquirindo novos conhecimentos (Entrevistada 05- Entrevista realizada em: 06/03/17).

Mediante os relatos, percebe-se que a Associação de fato trouxe desenvolvimento, pois comparada a definição de desenvolvimento local de Zapata et al (2004) com a realidade observada no caso estudado, foi possível identificar que a Associação alcançou avanços nas dimensões econômica, sociocultural e ambiental, que são resultados apontados pelo autor como esperados pelo Desenvolvimento Local. Entretanto, não foi possível identificar resultados na dimensão político-institucional, em parte porque infelizmente o roteiro de entrevista elaborado não tinha perguntas que possibilitassem a apreensão desta dimensão.

Sobre a prática da Economia Solidária, foi perguntado aos entrevistados o que entendem por Economia Solidária e se a Associação exerce essa prática. Perante estas perguntas

alcançamos resultados significativos, nos quais apesar de não entender o real conceito de Economia Solidária, estas práticas são visíveis dentro do andamento do empreendimento, haja vista que esses sujeitos têm o manejo dos princípios que permeiam esta alternativa de vida. Ante as respostas obtidas, três dos entrevistados relataram que já ouviram falar no termo, já fizeram cursos com essa temática, porém não souberam expressar a sua conceitualização. Todavia, afirmam na pergunta seguinte que a Associação pratica sim a Economia Solidária.

Em seguida, destacaremos algumas análises das falas que favorecem estas percepções na visão de duas das entrevistadas, que afirmam que a Economia Solidária é trabalhar no coletivo, um ajudando o outro, um vendendo o produto do outro quando necessário, praticando a troca de conhecimentos, vendendo os produtos no preço justo, estes que são colocados de forma democrática.

Economia Solidária acho que venha a ser o que eu acabei de falar que é um ajudando o outro, um vendendo ajudando o outro, falando do conhecimento, mostrando os nossos produtos para outras pessoas, ensinando o que agente sabe fazer pra outras pessoas. Acho que tudo isso faz parte da Economia Solidária (Entrevistada 04- Entrevista realizada em: 06/03/17).

A Economia Solidária é em termo de trabalhar juntos, num só objetivo e melhorar trazendo produtos mais baratos e mais saudáveis para todo mundo (Entrevistada 05- Entrevista realizada em: 06/03/17).

Relata ainda que por se viver em uma sociedade difícil que se pressente o capitalismo, o individualismo, se não houvesse essa perspectiva do coletivo tudo seria mais difícil. Segue a fala:

A cada dia agente procura praticar a Economia Solidária por conta que agente vive em uma sociedade muito difícil que pensa em ganhar e se agente não procurar isso, a cada dia agente procura o melhor (Entrevistada 04- Entrevista realizada em: 06/03/17).

Enfatizam ainda que se um dos sócios tiver qualquer dificuldade, estas são postas nas reuniões para discutir as melhores condições de sanarem os problemas. Às vezes até se reúnem um dos agricultores que tem condições vem para o nosso rodado ajudar resolver o problema. (Entrevistada 04- Entrevista realizada em: 06/03/17).

Outra pergunta relevante para verificarmos a prática da Economia Solidária foi ao indagar quem são os novos sócios. Em sua totalidade, os sócios responderam que são amigos, vizinhos, produtores/familiares agroecológicos. Dessa forma, podemos avaliar que a Associação é aberta, como pressente a Economia Solidária.

Em meio a estas falas e análises podemos dizer que a Associação contempla um empreendimento solidário, pois como afirma Arruda (2006), neste tipo de empreendimento

h@ uma mudan@a social, na qual os s@cios s@o donos do seu pr@prio trabalho, tem uma produ@a e consumo de forma democr@ica, sempre tendo o senso da coopera@a, igualdade, solidariedade, coletividade e acima de tudo preocupa@a com seu meio natural.

Diante das observa@es, pode-se perceber que h@ um desenvolvimento dentro da comunidade a partir da funda@a da Associa@a, tendo em vista que esta surgiu a partir de anseios de alguns membros da comunidade em se plantar de uma forma diferente, trazendo, assim, uma melhoria na sa@de de quem produz e de quem consome, bem como os cuidados com o meio ambiente, tais como: a preserva@a do solo e o manejo adequado da @gua para irriga@a, melhorando de forma significativa a vida da comunidade.

A APFAS est@ inserida na perspectiva da Economia Solid@ia, tendo em vista que sua produ@a @ totalmente agroecol@gica, produtos estes que s@o vendidos na feira, que vem como alternativa inovadora quanto @ gera@a de renda e o combate @ exclus@a social dos sujeitos envolvidos neste processo. Como aponta Badue (2011, p.07): `A Economia Solid@ia @ um jeito novo de produzir, vender, comprar e trocar tudo que @ preciso para a sobreviv@ncia, mas de forma que venha protegendo o meio ambiente e preservando os direitos humanos_.

Diante disso, podemos evidenciar que esta Associa@a traz pontos relevantes na mudan@a social e local no processo de empoderamento, uma vez que os s@cios participam de forma ativa de todo o processo de produ@a, desde a planta@a at@a a exposi@a e a venda do produto, podendo ter uma aproxima@a direta com o consumidor. Segundo Silva (2013, p.33)

A participa@a na feira aproxima agricultores de consumidores e possibilita um pre@ justo aos produtos, gera renda e alternativa de alimenta@a saud@vel. A viv@ncia aponta que o espa@ da feira permite uma nova leitura do mundo a esses produtores e produtoras que enfrentam com determina@a seu cotidiano, na certeza de participar da constru@a do desenvolvimento sustent@vel, que apoia na justi@a social, no respeito @ natureza e na valoriza@a da cultura e saber local.

Esta cita@a nos ajuda a perceber com maior clareza o empoderamento dos s@cios, pois os mesmos t@ m a possibilidade de gerar produtos saud@veis para a sociedade consumir, bem como gera alternativa de renda, permitindo ainda pensarem e cuidarem do meio ambiente em que vivem, considerando a perspectiva do desenvolvimento sustent@vel.

Abaixo real@amos duas imagens, as quais mostram a Feira Agroecol@gica acontecendo, contando com uma produ@a diversificada de produtos saud@veis, bonitos e de boa qualidade, para que o consumidor se alimente da melhor forma poss@vel.



Foto 03: Hortaliças Agrocológicas vendidas no mercado público de Sumé-PB

Fonte: Pesquisa 2017



Foto 04: Produto sendo vendido na Feira Agrocológica de Sumé-PB

Fonte: Pesquisa 2017

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões propostas neste trabalho tiveram a intenção de identificar questões relacionadas às práticas de Economia Solidária da Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumaré (APFAS), identificando seu potencial enquanto estratégia de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local. Diante deste objetivo procuramos responder à questão geradora desta pesquisa: De que maneira a prática da produção nos moldes da Economia Solidária contribui com o desenvolvimento local e geração de trabalho e renda para os associados?

Diante das análises obtidas, ficou perceptível que o empreendimento solidário de fato contempla os princípios da Economia Solidária, desaguando no desenvolvimento local de sua comunidade, pois desenvolvem ações mediante o associativismo, coletividade, gestão autogestionária, preocupação com o meio ambiente de forma imediata e em longo prazo, uma vez que desenvolve suas práticas pensando nas gerações que virão e na solidariedade.

Tendo esses princípios como base, percebem-se as várias mudanças ocorridas na vida pessoal e da comunidade destes integrantes, que de forma coletiva transformam o seu meio, para não ficar à margem do tradicional sistema capitalista, gerando trabalho e mudança na realidade socioeconômica, onde quem se sobressai são os que detêm o poder de forma individualista. Com relação à percepção que os sujeitos têm das atividades desenvolvidas, constatou-se que todos estão satisfeitos por participarem da Associação e por estarem desenvolvendo os seus produtos de forma saudável para o seu consumo e para a venda do seu excedente.

Vale salientar que, embora a Associação pautem um empreendimento solidário, que tenha em seus objetivos descritos promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade, estimulando a cooperação e a solidariedade, alguns dos sujeitos não possuem o reconhecimento conceitual dessa alternativa de geração de renda pautada na Economia Solidária. Esclarecidos, porém, praticam de forma notável e com grande sucesso.

Todavia, podemos ratificar que a Associação traz um empoderamento para os sujeitos, tirando-os da margem da exclusão social de que um dia já fizeram parte, no sentido de não terem espaço para a comercialização de seus produtos antes da Associação. Com essa adesão, ganharam um espaço para a venda de seus produtos, garantindo um aumento na renda familiar mediante a adesão ao empreendimento, como enfatizam que a feira é uma troca de experiência entre produtores e consumidores, possibilitando interações entre ambas as partes.

Finalizando estas considerações, espera-se que este estudo referente à APFAS ajude a identificar o potencial dos empreendimentos solidários pautados na Economia Solidária como um agente transformador do desenvolvimento local e multiplicador dessas práticas, permitindo aos sócios continuarem avançando em suas práticas e a cada dia alcançando o seu empoderamento e autonomia.

REFERÊNCIAS

- APFAS. Associação dos Produtores Familiares, Agroecológicos de Sumaré, Estatuto, 2008.
- ARAÚJO, V. M. ; LIMA, I. de B. de. Capitalismo global e economia solidária: debates e desafios. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007, Londrina. Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Brasília, 2007.
- ARRUDA, M. Estratégias de Formação no Campo dos Setores Populares. Universidade Católica de Salvador e CAPINA. Dezembro, 2006.
- AGUIAR, V. V. P. Desenvolvimento local, territorial e sustentável: subsídios para discussão. In. Apostila "Desenvolvimento Local e Economia Solidária". Oficina Regional de Economia Solidária - Fóruns municipais de EPS Campo das Vertentes, Minas Gerais.
- ALBUQUERQUE, P. P. de. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.20-25.
- BARBOSA, L. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: Análise da Sustentabilidade do Empreendimento através do Caso, Cultivo de Peixe em Tanque Rede. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto Latinoamericano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2016.
- BADUE, A.; GOMES, FFF. Parcerias entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=251630&search=paraiba%20munic%20infograficos:-historico>>. Acesso em 30/06/2017.
- ILHA, P. C. da S. A cooperativa como elemento de capital social da comunidade. Ver. FAE, Curitiba, v.11, n.2, p. 25-34, jul./dez. 2008.
- MIRANDA, J. dos R. Estágio supervisionado e a atuação de pedagogos em espaços escolares, UNEB-UNB, 2009.
- PENA, R. F. A. "O que é Capitalismo?". In: Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-capitalismo.htm>>. Acesso em 11 de março de 2017.
- SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzido para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: Estudos Avançados. Julho, 2004.

SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portela (org). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Inep, 2005. Capítulo 1. p.13-20.

SINGER, P.; OLIVEIRA, P. S. Economia Solidária: entrevista com Paul Singer. In: Caderno Estudos Avançados, vol.22, no.62. São Paulo Jan./Abr. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

SILVA, R. M. A. da. Entre o Combate à Seca e Convivência com o Semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Orientação do Professor Dr. Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque. 2006. 298f. Tese (Centro de Desenvolvimento Sustentável / Universidade de Brasília). 2006.

SILVA, J. D. M. da. Educação e Agroecologia: A experiência da Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumaré-PB. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) - Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Universidade Federal de Campina Grande, Sumaré, 2013.

ZAPATA, T. et al. Gestão participativa para o desenvolvimento local. Instituto de Acessoria para o Desenvolvimento Humano, Recife, 2004. Disponível em: <<http://www.iadh.org.br>>. Acesso em: 06 ago. 2005.

APNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG.
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO-CDSA.
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA-ECOSOL/SUMÉ-PB.

Tema: A Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local: o caso da Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos da Cidade de Sumé-PB.

Roteiro de Entrevista

1- Identificação do Entrevistado

Nome:

Idade:

Gênero:

Escolaridade:

2- Como você conheceu a APFAS? Você sabe como teve início a Associação? Conte um pouco da história do grupo.

3- Diante o surgimento da associação quais foram as dificuldades encontradas para se firmarem enquanto grupo?

4- Geralmente, quem são os novos sócios (familiares, amigos, vizinhos, pessoas desconhecidas)?

5- Esta associação modificou sua qualidade de vida? De que forma?

- 6- De que maneira as atividades s²o realizadas? Como as responsabilidades s²o divididas? Voc₃ gosta do trabalho que desenvolve na Associa²o? Voc₃ se sentem envolvidos, motivados e satisfeitos com a Associa²o?
- 7- Como ¶ feito o trabalho de preserva²o do meio ambiente? Voc₃ tem essa preocupa²o com o meio?
- 8- O que voc₃ entende por Desenvolvimento Local? Voc₃ acha que a Associa²o contribui para o desenvolvimento da comunidade na qual est^o inserida?
- 9- Voc₃ fazem encontros para discutirem quest^oes sobre assuntos relacionados ⁻ associa²o? O que s²o discutidos?
- 10- Voc₃ contribui com as decis^oes da Associa²o?
- 11- O que voc₃ entende por Economia Solid^oria?
- 12- Voc₃ acha que a Associa²o pratica Economia Solid^oria?